



AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CEL, DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA, PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ / AL.

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**Ref.: EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 06/2020**

**Objeto:** Contratação de empresa/consórcio no ramo da construção civil para execução de obras do programa de implantação de jardins filtrantes, requalificação ambiental dos riachos Salgadinho, Reginaldo, Pau D'Arco, Sapo, Gulandi e Águas Férreas e modernização vária e urbanística do Riacho Salgadinho, incluindo a elaboração dos projetos executivos e a operação e manutenção dos sistemas.

**DT ENGENHARIA DE EMPREENDIMENTOS LTDA** ("Licitante ou Impugnante"), CNPJ nº 04.771.487/0001-67, sediada à Alameda Mamoré, nº911, 2º andar, Alphaville Industrial, Barueri-SP, CEP 06454-040, por seu representante legal infra-assinado, vem, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, com fulcro no § 2º e 3º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Senhoria a fim de

### ***IMPUGNAR***

o Edital do EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 06/2020:

#### **I - DOS FATOS:**

A impugnante, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital.

O objeto da licitação em questão é a Contratação de empresa/consórcio no ramo da construção civil para execução de obras do programa de implantação de jardins filtrantes, requalificação ambiental dos riachos Salgadinho, Reginaldo, Pau D'Arco, Sapo, Gulandi e Águas Férreas e modernização vária e urbanística do Riacho Salgadinho, incluindo a elaboração dos projetos executivos e a operação e manutenção dos sistemas, conforme as descrições simplificadas do Edital, tendo o valor estimado orçado em R\$ 78.196.829,65 .



A impugnante ao tomar conhecimento do Edital supra, e ao analisar detalhadamente os seus termos, observou a existência de questão que se continuada poderá afrontar de sobremaneira os pressupostos legais insertos na Lei n.º 8.666/93.

A licitação constitui um procedimento que se destina precipuamente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública garantindo aos potenciais contratados o respeito aos princípios insertos no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Dessa forma, todas as vezes que são averiguadas irregularidades ou mesmo itens que possam vir a macular o caráter competitivo da licitação, cabe à parte interessada contestar os termos do edital.

Nesse diapasão, é que esta Licitante vem formalmente impugnar os seguintes itens da Planilha Orçamentária, conforme passa a expor:

## **II - DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO:**

### **QUANTO AS COLETAS DE TEMPOS SECO - NÃO EFETIVAS - PROIBIÇÃO LEGAL - PROJETO BÁSICO COM FALHA GRAVE - DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO IMPOSSÍVEL - VALIDADE JURIDICA - RESTRIÇÃO À COMPETIÇÃO DO CERTAME.**

Conforme se verifica no item 9.13.1 e 9.13.2 do edital, as coletas de tempos seco exigidas na qualificação técnica não são efetivas, foram proibidas em Arraial do Cabo/RJ e não cumprem as normas brasileiras e a legislação vigente. Desta forma, não se pode exigir dos licitantes habilitados do mercado da construção civil a execução e experiência técnico-profissional de metodologia inexistente nas normas brasileiras, proibidas pela justiça e ilegais perante a legislação federal vigente.

Vejamos o que diz a jurisprudência majoritária:

**A C Ó R D Ã O AMBIENTAL. MORTANDADE DE PEIXES NA LAGOA DE ARARUAMA EM 2009. UTILIZAÇÃO DE COLETA DENOMINADA "TEMPO SECO" PELA CONCESSIONÁRIA POR TEMPO INDETERMINADO. TÉCNICA QUE NÃO SE ADEQUA AO CRESCIMENTO E À POPULAÇÃO FLUTUANTE DA REGIÃO DOS LAGOS DO RIO DE JANEIRO, PERMITINDO QUE ESGOTO SEJA LANÇADO NA LAGUNA EM TEMPO DE CHUVA MODERADA E**





**FORTE. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA QUE A REFERIDA COLETA FOI A RESPONSÁVEL PELO EVENTO QUE PREJUDICOU PESCADORES DA REGIÃO, CAUSANDO-LHES DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO E DO POLUIDOR-PAGADOR. DANOS MORAIS FIXADOS DENTRO DOS PARÂMETROS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.** - Alegação da concessionária de que é mera 'executora dos serviços públicos' que não subsiste, ante a incidência da responsabilidade objetiva insita ao dano ambiental, nos moldes do art. 225, §3º, da CF e no art. 14, §1º, da Lei nº 6.938/81, **responsabilizando quem deu causa à degradação ambiental na forma do postulado do poluidor pagador.** - No sistema de tratamento denominado coleta a "tempo seco" o esgoto corre para a estação de tratamento quando não chove ou quando chuveja, sendo certo que em havendo aumento do índice pluviométrico, as comportas são abertas e o esgoto, que circula pelo sistema de águas pluviais, é lançado, junto com essas, na lagoa. - Nada obstante, durante período sem chuvas, grande quantidade de resíduos de esgoto fica acumulada na rede de drenagem. Tais resíduos, sem o tratamento adequado, foram carreados para a lagoa no período das chuvas, provocando a diminuição da oferta de oxigênio e culminando com a mortandade de peixes no corpo d'água.

Apelação Cível nº. 0012731-78.2009.8.19.0011

Secretaria da Décima Sétima Câmara Cível Rua Dom Manuel, 37 – Lâmina III Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20010-010 mrp - **As provas dos autos não deixam dúvidas acerca da fragilidade da coleta a 'tempo seco', sendo despicienda a assertiva de que se trata de recurso temporário adstrito a determinadas condições e totalmente inadequado nos locais em que há aumento considerável de chuvas e da população, em determinadas épocas do ano.** - A propósito, autorizada doutrina, consigna o princípio da prevenção, segundo o qual existindo possibilidade de degradação ou dano ambiental, ainda que sem provas científicas contundentes, medidas preventivas devem ser adotadas de imediato. - Tragédia ambiental anunciada que condiz com o descaso ao longo de décadas das autoridades naquela localidade. RECURSOS AOS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO.



Dessa forma, requer a reformulação do objeto do edital, item 1.1.1, bem como dos consequentes itens 9.13.1 e 9.13.2, pois caso sejam mantidos estarão contrariando as normas ambientais vigentes, acarretando prejuízos irreparáveis.

Ainda, esta impugnante, ao analisar o memorial descritivo, aquém do que deveria ser um projeto básico, encontrou falha grave, visto que as vazões de dimensionamento foram realizadas apenas com medições em campo, sem critério definido, o que traz total insegurança ao projeto, pois certamente será alterada ocasionando aumento significativo de custos que afetará grande parte do orçamento;

Contrariando o que preceitua a lei das licitações, visto que uma licitação é considerada viciada se não conter projeto básico e acompanhado das especificações básicas. Vejamos o que preceitua a lei sobre este tema:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

(...)

IX - Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

(...)

c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados;

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

I - projeto básico;

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:



I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;

(...)

§ 4º É vedada, ainda, a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

(...)

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;

Considerando o que preceitua a lei Licitações, a Prefeitura lançou um Edital viciado, o qual deverá ser anulado e corrigido, seguindo as normas licitatórias, devendo o edital ser corrigido e lançado novamente devidamente acompanhado de projeto Básico das planilhas especificadoras dos itens e seus respectivos preços.

Na mesma esteira são as decisões do TCU sobre este tema. Vejamos:

**A ausência de projeto básico satisfatório, em licitação de obra pública, justifica o condicionamento do repasse de recursos federais para pagamento de despesas com a confecção do objeto a ser executado à anulação de procedimento licitatório viciado e do respectivo contrato**

Levantamento de auditoria realizado pela Secob-3, no âmbito do Fiscobras 2010, apontou indícios de irregularidades em projetos, obras e serviços do sistema de coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário do município de Porto Velho/RO, para o qual há





previsão de aporte de recursos federais. O Tribunal, em face de diversas ocorrências, decidiu por meio do subitem 9.1 do Acórdão nº 2572/2010- Plenário, impedir, em caráter cautelar, a destinação de recursos federais para a obra até que deliberasse em definitivo sobre os indícios de irregularidades graves identificados no procedimento licitatório e no respectivo contrato: a) ausência (ou deficiência grave) do projeto básico que embasou as licitações; b) restrição à competitividade da licitação do objeto da obra; c) ausência de parcelamento do objeto licitado, embora técnica e economicamente recomendável; d) sobrepreço no orçamento e no contrato. A obra encontra-se em estágio inicial e está paralisada. Foram promovidas oitivas à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN do Governo do Estado de Rondônia e do Consórcio CowanTriunfo, os quais apresentaram justificativas acerca das citadas ocorrências. Destaca-se, nesta oportunidade, o exame empreendido pelo relator a respeito do aspecto mais essencial para o deslinde do feito: ausência (ou deficiência grave) de projeto básico. O Estado de Rondônia alegou, a esse respeito, que o projeto seria adequado e que as alterações nele empreendidas resultaram da necessidade de cumprir exigência do Ministério das Cidades. O consórcio contratado reiterou argumentos do governo local e acrescentou que os projetos haviam sido aprovados pelos órgãos repassadores de recursos. O relator, contudo, reiterou as ponderações contidas no voto condutor do já citado Acórdão nº 2.572/2010, também de sua lavra: "De plano, ressalto a gravidade da situação que envolve a obra, relativamente à ausência de projeto básico. Ou, mais grave ainda, a indefinição da própria concepção do sistema de coleta e tratamento do esgoto do município, fase anterior à elaboração do projeto básico. Indefinição que conduz a sérios questionamentos acerca da temerária iniciativa do Governo do Estado de Rondônia em realizar a licitação do empreendimento e de firmar contrato da ordem de R\$ 644.877.842,00, sem que esses elementos básicos estivessem concluídos". Observou, com o intuito de ilustrar graves deficiências na definição dos contornos do objeto licitado que, entre a fase de pré-qualificação das licitantes e a realização da concorrência para a escolha da empresa com a melhor proposta, o valor do objeto foi majorado em 50,25%, passando de R\$ 398 milhões para R\$ 598 milhões. Trouxe à baila, também, pronunciamento do Ministério das Cidades, exarado por meio de nota técnica, segundo o qual: "Conforme documentação técnica encaminhada para análise da SNSA conclui-se quanto ao Pacote Técnico de 1º e 2º Etapas que o **escopo apresentado é insuficiente em relação ao definido na Lei nº 8.666/93, art. 6º incisos X Projeto Básico e XI Projeto Executivo,**





*devendo ser complementado para o necessário enquadramento também quanto às Normas Técnicas Brasileiras e às especificações mínimas para apresentação de projeto de engenharia admitidas pelo SNSA do MCidades.* – grifos do relator. Concluiu, por esses motivos, que não merecem prosperar as justificativas apresentadas pelo Estado de Rondônia, nem as oferecidas pelo consórcio contratado. O Plenário do Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu: \*9.1. determinar à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN do Governo do Estado de Rondônia, ... que, caso tenha interesse em contar com o aporte de recursos federais para a obra de esgotamento sanitário do Município de Porto Venho: 9.1.1. adote as providências necessárias à anulação da Concorrência nº 042/2008/CPLO/SUPEL [pré-qualificação] e da Concorrência nº 009/2009/CPLO/SUPEL e, por consequência, do Contrato nº 083/PGE-2009, em atenção ao disposto no art. 6º, inciso IX; art. 7º, § 6º; e no art. 49, § 2º, todos da Lei 8.666/1993; 9.1.2. conclua o adequado projeto básico da obra, com todos os elementos exigidos na Lei nº 8.666/1993 e nas demais normas aplicáveis a projetos de esgotamento sanitário, submetendo-o à consideração dos órgãos federais repassadores; 9.1.3. realize novo procedimento licitatório escoimado dos vícios identificados no presente processo; 9.2. determinar ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal, com fulcro no art. 43 da Lei 8.443/1992 e no art. 250 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que condicionem a transferência de recursos federais destinados à execução das obras do sistema de esgotamento sanitário de Porto Velho/RO, seja no âmbito dos Contratos de Repasse nºs 226.561-68/2008 e 296.770-66/2009, seja no âmbito de qualquer outro contrato de repasse, termo de compromisso ou instrumento congênere que vier a ser firmado para a execução dessa obra, ao cumprimento, por parte do Governo do Estado de Rondônia, do disposto no item 9.1 e seus subitens, deste Acórdão. Acórdão nº 3131/2011-Plenário, TC- 009.360/2010- 7, rel. Min. Valmir Campelo, 30.11.2011.

Vejamos que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União deixa claro que uma concorrência com ausência (ou deficiência grave) de projeto básico gera anulação do certame por ser considerado um vício insanável.

A clareza dos ditames do ato convocatório é um direito subjetivo do interessado. Itens insuficientes, cláusulas embaçadas, termos dúbios, desproporcionalidade das exigências para a execução contratual, devem ser saneados visando o interesse público.





Exigências obscuras, desprovidas de qualquer baliza à discricionariedade da Administração Pública, ferem tanto o princípio da competição quanto o da isonomia material.

Não pode haver elementos imprevisíveis no procedimento licitatório. Os licitantes devem conhecer, de antemão, e com grau de certeza, quais são, de fato, as exigências da futura contratante, ainda mais quando essas circunstâncias repercutem sobre os custos sobre a execução dos serviços.

Ademais, as exigências de atestação técnica que mesclam projetos muito específicos e atípicos da área de engenharia sanitária por incluir a expressão "sistema de esgotamento de tempo seco" que não existe nas normas de engenharia nacionais, com obras de grande porte o que acarretará o afastamento da grande massa de licitantes. Vejamos:

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO MÍNIMO
ASSENTAMENTO DE TUBO DE PEAD COM DE $\geq$ 730 mm, COM SOLDA TERMOPLÁSTICA OU ELETROFUSÃO	1.900,00 m
EXECUÇÃO DE COLUNAS EM DSM E/OU JET-GROUTING COM DN $\geq$ 800 mm, COM INJEÇÃO DE CIMENTO	2.400,00 m <sup>3</sup>
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE EM VIA URBANA COM DMT $\geq$ 30 KM	3.000.000,00 m <sup>3</sup> X Km
REALIZAÇÃO DE COMISSIONAMENTO, PRÉ-OPERAÇÃO OU OPERAÇÃO DE SISTEMA DE BOMBEAMENTO E RECALQUE	06 MESES
ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO OU EXECUTIVO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO DE TEMPO SECO, ESTUDOS DE DILUIÇÃO E DA CAPACIDADE DE AUTODEPURAÇÃO DE CORPO HÍDRICO, PROJETO DE LINHA DE RECALQUE E MODELAGEM HIDRÁULICA PARA MACRODRENAGEM EM RIOS USANDO MODELO HIDRODINÂMICO HEC-RAS	01 UNIDADE

Destaca-se que as vazões envolvidas nas coletas em tempo seco somam apenas 465 litros por segundo, e se fossem tratados isoladamente em Unidades de Tratamento de Rios o investimento total seria muitas vezes inferior, conforme será abordado a seguir.

Cabe destacar, que na página 38 do Memorial Descritivo é informada a vazão de 465 litros por segundo e também que "quando ocorre uma chuva intensa para um TR de 10 anos as vazões ocorrentes aumentam significativamente promovendo uma maior diluição o que minimiza bastante a necessidade de tratamento.". Contudo as vazões apropriadas não consideraram um estudo hidrológico nem mesmo Tempo de Recorrência – TR, apenas medições de campo sem a demonstração de um critério técnico que envolvesse a diluição de chuvas para interromper a coleta em tempo seco. Extrai-se desta contradição, que certamente os valores aqui estimados são ainda muito inferiores aos que deverão ser alocados o que ocasionará vultosos aditivos de escopo e valor, tendo em vista que as vazões envolvidas certamente serão muito



maiores do que as medições expedidas realizadas em momentos de estiagem e sem a ocorrência de qualquer chuva, muito menos uma de TR de 10 anos.

Ainda, a implantação de jardins filtrantes para rios poluídos em ambientes tropicais de grande incidência solar não apresenta resultados satisfatórios e não há qualquer demonstração no Edital que essa técnica não comprovada nacionalmente gerará algum resultado, pelo contrário, é sabido da baixíssima capacidade das plantas aquáticas de absorverem nutrientes, visto que envolvem tempos de detenção hidráulica de muitas horas, até dias, para apresentarem algum resultado mensurável. No caso da implantação às margens de um córrego corrente, obviamente o tempo de detenção é de poucos minutos em 700 metros de extensão, de forma que além de não apresentar qualquer resultado prático em termos de qualidade de água gerará como contrapartida muitos problemas, como a gestão da excessiva geração de biomassa, visto que as plantas absorvem gás carbônico da atmosfera para o seu crescimento associado à pequena quantidade de nutrientes absorvidos do meio aquoso. **O QUE OCASIONARÁ GRANDE ACÚMULO DE VEGETAÇÃO E A PROLIFERAÇÃO DE VETORES DE DOENÇAS URBANAS, COMO RATOS, COBRAS E NOTADAMENTE INSETOS TRANSMISSORES DE DOENÇAS COMO CHIKUNGUNYA, ZICA VÍRUS E DENGUE**, agravadas em climas quentes como o de Maceió/AL, que potencializa o crescimento da referida vegetação e dos insetos.

Ainda quanto à de implantação de "coletas em tempo seco", essa iniciativa reflete uma inadequação técnica das premissas do saneamento básico, que descumpra a Lei Federal nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cujo artigo 2º, inciso I, elenca de forma separada as atividades de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana; e por fim, a drenagem e manejo de águas pluviais.

A norma ABNT NBR 9649 de 1986 fixa as condições exigíveis na elaboração de projeto hidráulico-sanitário de redes coletoras de esgoto sanitário, que não contempla a afluência de vazões provenientes da drenagem de águas pluviais, conforme é possível constatar de forma inequívoca no seu Anexo, item A-4, que evidencia a inexistência de previsão normativa de inclusão de contribuições de drenagens pluviais no cálculo de dimensionamento da rede coletora de esgoto.

Segundo notícias veiculadas na mídia, no dia 29/01/2019, um rompimento na tubulação de esgoto no Município de Arraial do Cabo, agravou de sobremaneira o dano ao ecossistema local, bem como colocou em risco a saúde humana dos frequentadores daquela região. Em virtude disso o MPF, através do Procurador Leandro Mitidieri Figueiredo, entrou com uma Ação Civil Pública com pedido liminar já concedido, exigindo a eliminação do sistema de "tempo seco":

**\*1. Determinar ao INEA:**

**1.1. que se abstenha imediatamente de conceder/renovar, ao MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO, futuras licenças ambientais relativas ao sistema de esgotamento sanitário, sem que se estabeleçam metas obrigatórias progressivas trimestrais até o prazo máximo de 2 anos para a eliminação do sistema "tempo seco".** conforme determina a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, em seu artigo 277 e Lei Orgânica do Município de Arraial do Cabo, em seu artigo 190, bem como no §2º, do artigo 43, da Lei



Vejamos ainda, o trecho abaixo transcrito da recente reportagem do Jornal O Globo de 10/05/2019, intitulada de "Línguas-negras, um problema que ninguém quer assumir –" (anexa):

**"De acordo com Édison Carlos, presidente do Trata Brasil, instituto especializado em questões de saneamento básico e proteção de recursos hídricos, as línguas-negras são uma consequência do crescimento desordenado. Na opinião dele, a separação do sistema de coleta de esgoto da rede de drenagem e a caça às ligações clandestinas são medidas que poderiam ajudar no combate a esses vazamentos."** (Grifo nosso)

De acordo com o acima exposto, a sugestão de implantação de "Coletas em Tempo Seco" não atende aos pré-requisitos legais necessários, visto que contraria os princípios da Lei Federal 11.445/2007, a norma ABNT NBR 9649 de 1986, e as normas brasileiras vigentes, corrompe tecnicamente o sistema projetado para receber exclusivamente esgoto sanitário e não águas pluviais.

Contudo, caso a sugestão fosse aplicada, além de causar a oficialização e autorização da presença de esgoto nas galerias de drenagem de águas pluviais o que ocasionará a sua corrosão e o consequente colapso, pois não são preparadas para o meio agressivo que é o esgoto, também corrompe a rede de esgoto com o lançamento de águas pluviais, cuja incompleta e parcial rede de esgotamento sanitário, bem como as estações de tratamento de esgoto e emissários submarinos que não foram projetados, nem mesmo dimensionadas para receber e engolir o grande acréscimo de águas pluviais em conjunto com o esgoto doméstico.

Inequivoco que, o conceito técnico aplicado nos projetos de saneamento básico no Brasil é o **Separador Absoluto**, adotado formalmente no município de Maceió/AL, onde o esgoto flui em tubulação totalmente separada da drenagem de águas pluviais, conforme relatou o atual presidente da CASAL em reportagem anexa, vide o trecho transcrito:

**"As redes coletoras de esgoto e as galerias de águas pluviais não se misturam nunca. No Brasil, temos o princípio do separador absoluto. Todos nós trabalhamos pela população, por isso, queremos inibir 100% das ligações clandestinas que os imóveis tenham feito em ambas as redes"**, ressaltou o presidente da Companhia, Clécio Falcão.

Todavia, existe alternativa às ilegais coletas em tempo seco, qual seja a implantação de Unidades de Tratamento de Rios, amplamente utilizadas no Brasil e que não foi sequer considerada no presente certame, sendo a solução mais adequada para o caso sob os aspectos técnicos, econômicos e ambientais, visto que é muito mais econômica e mais rápida de implantar, gera melhores resultados práticos e não corrompe o sistema de esgotamento sanitário.

Assim, considerando que as "coletas em tempo seco" já foram inclusive objeto de proibição formal pelo Poder Legislativo e Judiciário, não podem sequer ser consideradas como alternativa viável para ações de curto prazo.



Apresentamos abaixo um breve descritivo da solução de Unidades de Tratamento de Rios para a despoluição dos córregos poluídos objeto do edital.

Data vênua, o exposto acima demonstra claramente que as exigências editalícias são obscuras, desprovidas de qualquer baliza à discricionariedade da Administração Pública, ferindo tanto o princípio da competição quanto o da isonomia material.

Não pode haver elementos imprevisíveis no procedimento licitatório como o estabelecimento de exigências de execução de serviços formalmente proibidos pela justiça e inexistente nas normas em vigor.

Os licitantes também devem conhecer, de antemão, e com grau de certeza, quais são, de fato, as exigências da futura contratante, ainda mais quando essas circunstâncias repercutem sobre os custos da execução do serviço.

A jurisprudência iterativa do TCU, que tem dado concretude aos princípios regentes. Veja-se:

**"A restrição à competitividade, causada pela ausência de informações essenciais no instrumento convocatório, é causa que enseja a nulidade da licitação."**

**"Acórdão 1556/2007 Plenário (Sumário)." (Grifo nosso).**

Diante do que foi exposto, ocorrerá em virtude de tal opção um fator preponderante para a brutal restrição no universo de licitantes interessadas em participar do certame, visando o açoitamento da existência de qualquer obscuridade e contrariedade aos princípios basilares do Estatuto de licitações e o Art. 37, XXI, da Constituição Federal e no Art. 3º da Lei das Licitações, tais como os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, probidade administrativa, e seleção da proposta mais vantajosa.

Referido instrumento convocatório traz em seu bojo solicitações de comprovação de atividade a ser efetuada por meio de documento, totalmente, em desacordo com os preceitos contidos na Lei 8.666/93, que deve reger as licitações e contratações da Administração, trazendo condições que, salvo melhor juízo, restringem a livre participação no certame, direcionando o mesmo a poucas empresas que já efetuaram a execução do objeto.

As exigências de atestação técnica mesclam projetos muito específicos e atípicos da área de engenharia sanitária por incluir a expressão "sistema de esgotamento de tempo seco" que não existe nas normas de engenharia nacionais.

Transcrevemos o que se solicita das licitantes no Item: da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL e a CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DE EXECUÇÃO DE OBRAS em seus subitens 9.13.1 – letra "c" QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL e 9.13.2.2:



DESCRIÇÃO
ASSENTAMENTO DE TUBO DE PEAD COM DE $\geq 730$ mm, COM SOLDA TERMOPLÁSTICA OU ELETROFUSÃO
EXECUÇÃO DE COLUNAS EM DSM E/OU JET-GROUTING COM DN $\geq 800$ mm, COM INJEÇÃO DE CIMENTO
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE EM VIA URBANA COM DMT $\geq 30$ Km
REALIZAÇÃO DE COMISSIONAMENTO, PRÉ-OPERAÇÃO OU OPERAÇÃO DE SISTEMA DE BOMBEAMENTO E RECALQUE
ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO OU EXECUTIVO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO DE TEMPO SECO, ESTUDOS DE DILUIÇÃO E DA CAPACIDADE DE AUTODEPURAÇÃO DE CORPO HÍDRICO, PROJETO DE LINHA DE RECALQUE E MODELAGEM HIDRÁULICA PARA MACRODRENAGEM EM RIOS USANDO MODELO HIDRODINÂMICO HEC-RAS

DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO MÍNIMO
ASSENTAMENTO DE TUBO DE PEAD COM DE $\geq 730$ mm, COM SOLDA TERMOPLÁSTICA OU ELETROFUSÃO	1.900,00 m
EXECUÇÃO DE COLUNAS EM DSM E/OU JET-GROUTING COM DN $\geq 800$ mm, COM INJEÇÃO DE CIMENTO	2.400,00 m <sup>3</sup>
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE EM VIA URBANA COM DMT $\geq 30$ KM	3.000.000,00 m <sup>3</sup> X Km
REALIZAÇÃO DE COMISSIONAMENTO, PRÉ-OPERAÇÃO OU OPERAÇÃO DE SISTEMA DE BOMBEAMENTO E RECALQUE	06 MESES
ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO OU EXECUTIVO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO DE TEMPO SECO, ESTUDOS DE DILUIÇÃO E DA CAPACIDADE DE AUTODEPURAÇÃO DE CORPO HÍDRICO, PROJETO DE LINHA DE RECALQUE E MODELAGEM HIDRÁULICA PARA MACRODRENAGEM EM RIOS USANDO MODELO HIDRODINÂMICO HEC-RAS	01 UNIDADE

Os referidos subitens acima mencionados exigem dos licitantes atestação sem possibilidade válida e jurídica de se obter, vez que, as exigências de atestação técnica mesclam projetos muito específicos e atípicos da área de engenharia sanitária por incluir a expressão "sistema de esgotamento de tempo seco" que não existe nas normas de engenharia nacionais.

Data Vênia, o ente Público não pode e nem deve estipular em um processo licitatório, algo que não está previsto no Estatuto, muito menos tolerar algo que defasa o caráter competitivo ou a exigência de comprovação impossível sob os aspectos da melhor técnica de engenharia.

Vejamos que, de acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que**



comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato(...);

Ora, na medida que os subitens 9.13.1 – letra "c" e 9.13.2.2 do Edital, passa a exigir que os licitantes apresentem atestados impossíveis, está ferindo claramente o Princípio da Isonomia, consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal, haja visto que está sendo exigido algo impossível no mercado de construção civil, de se obter sem que se execute serviço que contraria as normas técnicas e legislações ambientais.

Outrossim, como a exigência que está sendo feita neste processo licitatório, com preceitos além do estabelecido em Norma Brasileira, tal fato comprometerá a capacidade dos demais licitantes de concorrer ao certame em tela, haja vista que é uma exigência impossível e restritiva, sem qualquer fundamento, o que inclusive poderá favorecer indevidamente outro licitante beneficiado pelas exigências restritivas, vez que certamente diminuirá brutalmente, se não totalmente, o número de licitantes habilitados, em razão das exigências pontuadas acima.

Caso sejam indeferidas tais alegações impugnantes dos itens supramencionados, certamente ficará comprovada a expressiva redução do número de licitantes que não poderão cumprir tais exigências, valendo-se a Impugnante dos seus direitos legais de adotar as medidas administrativas junto aos órgãos de controle do poder executivo como TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ALAGOAS e MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS e judiciais cabíveis em caso de indeferimento desta impugnação.

Desta forma, requer a licitante, que sejam declarados nulos os subitens 9.13.1 – letra "c" e 9.13.2.2 quanto a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL e a CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DE EXECUÇÃO DE OBRAS do Edital.

Frise-se que tal imposição é vedada pelo artigo 30, da Lei nº 8.666/93, in verbis:

**\*Art. 30. A Documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á**

(...)

**II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;**

(...)

**§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a**



obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I- capacitação técnica profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos".

Em outras palavras, a exigência editalícia no tocante ao conteúdo dos atestados, desbordou os limites previstos no inciso II do artigo 30 da Lei n. 8.666/93, ao determinar que os atestados contemplassem objetos inexistentes em normas e que contrariam a legislação, violando flagrantemente os Princípios da Legalidade e da Competitividade.

Nesse contexto, inadmissível a qualquer certame licitatório, especialmente, na modalidade utilizada em apreço, o instrumento convocatório contemplar exigências obscuras, impossíveis ou desnecessárias à licitação, hábeis a inabilitar licitantes qualificados.

Nesse sentido, são lapidares os ensinamentos do Professor Marçal Justen Filho:

"a Administração está constrangida a adotar a alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger."

(JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários... 11. ed. São Paulo: Dialética)

A corroborar com o ora alegado, é o posicionamento do Tribunal de Contas da União:

**"REPRESENTAÇÃO.  
IRREGULARIDADES EM PREGÃO PRESENCIAL.  
RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE. CONCORRENTES  
EXPURGADOS DO CERTAME IRREGULARMENTE.  
INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO.  
OITIVA PRÉVIA. MEDIDA CAUTELAR. AUDIÊNCIA"  
(...)CONCLUSÃO**



141. Houve, no mínimo, imprecisão quanto aos motivos de inabilitação da representante (parágrafos 22 a 25).

142. A exigência contida no item 7.12.3. "a" do edital não é compatível com a prestação do serviço a ser contratado, conforme afirma a Ceal. Apesar disso, a representante demonstrou, mediante atestado que montou estrutura para a operação de 315 posições de atendimento, comprovando sua capacidade técnica para a realização dos serviços, embora a Ceal conteste alegando necessidade de comprovação da operação simultânea dessas posições em uma única instalação física. Mesmo admitindo que fosse necessária essa comprovação, não é possível afirmar categoricamente que isso não ocorreu a partir do que está escrito no atestado em questão. Se havia dúvidas a respeito do conteúdo do atestado caberia ao gestor efetuar uma diligência ao atestador para esclarecê-las, providência que não foi tomada (parágrafos 26 a 32). (...)

(Tribunal de Contas da União, Acórdão 1291/2011 - Plenário)

Nesse sentido são lapidares os ensinamentos do Professor Marçal Justen Filho, in verbis:

"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta mais vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda, indiretamente prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação. Assegura-se tratamento igualitário aos interessados que apresentem condições necessárias para contratar com a Administração. A vitória de um deles dependerá de seus próprios méritos. A regra não exige que o benefício indevido seja derivado de uma intenção reprovável. Ou seja, não é necessário sequer a intenção de beneficiar um ou mais competidores.

(In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Aide, 4ª edição, ps. 35)"  
(destaca-se)

Diante o exposto, merece ser suspenso o certame, para que seja revista as referidas exigências, uma vez que, conforme já demonstrado, restringem a competitividade do certame, e desta forma, os subitens 9.13.1 – letra "c" (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL) e 9.13.2.2



(CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DE EXECUÇÃO DE OBRAS) do Edital deveriam ser redigido de maneira que tome o certame justo e competitivo.

**III - DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS LICITANTES - RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO**

Não há motivo justificável para que este certame seja operacionalizado em caráter restritivo, já que devem existir outras empresas capazes em demandar tal obra.

**Caso o Órgão insista em manter a decisão, acerca da exigência das de condições dos Itens ora impugnados, deve justificar essa essencialidade para desenvolver as atividades competentes.**

Em razão, portanto, da limitação de empresas licitantes, esta Administração poderá sofrer prejuízos, uma vez que ocorrerá violação ao princípio da economicidade. Conforme expusemos, as especificações exigidas no edital maculam o presente certame, pois viola o princípio da economicidade e também a concorrência que os participantes devem ter, pela plena oferta de aquisição de bens e serviços que atenderiam perfeitamente o edital, caso fossem realizadas alterações mínimas, de forma a aumentar a competitividade.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, o STJ consignou que nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, exige-se para a revogação a existência de fato superveniente devidamente comprovado. No entanto, conforme o acórdão, no caso concreto:

**"o interesse público na obtenção do menor preço não é superveniente à homologação e adjudicação do objeto do certame, na medida em que, desde o oferecimento das propostas pelas empresas concorrentes e de suas respectivas avaliações pela Comissão de Licitação, passou a ser conhecido o fato de que a proposta da empresa posteriormente desclassificada possuía preço global inferior à da empresa vencedora ao final do certame".**

**(RMS 28.927/RS, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 02/02/2010).**

**IV - CO** A diminuição do número de concorrentes inevitavelmente ocasionará uma substancial elevação do preço dos produtos, causando vultosos prejuízos à própria Administração.



Fica evidente que as exigências contidas no edital representam óbice à participação de muitos concorrentes com proposta mais vantajosa à Administração, o que atenta contra a exigência legal. No mesmo sentido caminha a regra contida no art. 8º do Decreto 3.555/2000:

**V - DO PEDIDO.**

"Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência; II..." (Grifo nosso)

Portanto, o que se pretende é que a finalidade do certame possibilite a aquisição mais vantajosa para a Administração. Ocorre que, como demonstrado na presente impugnação, as exigências estabelecidas não se coadunam aos princípios da isonomia, ferindo o caráter de competitividade e trazendo à baila a questão da economicidade. Marçal Justen Filho nos esclarece que:

"[...] A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também, decorrer da inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração.

O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão invalidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação [...]"

Destarte, no caso em comento, as exigências que constam nos termos editalícios se mostram irregulares, pois estão desalinhados à finalidade que a Administração almeja, tendo como única consequência, o afastamento da maioria dos licitantes do certame, o que somente trará prejuízos a Administração.

Restam claras, as desconformidades do ato convocatório com a legislação vigente. Sendo assim, a licitação não poderá continuar com estas irregularidades previstas nos itens ora impugnados.

Nesse sentido, diante da fundamentação supra exarada, há que se eliminar todas as limitações à competição de empresas licitantes, em conformidade com a legislação aplicável e entendimento do TCU, já demonstrados anteriormente. Sendo assim, postula-se pela regularização do edital, nos termos da fundamentação ora exposta.

**IV - CONCLUSÃO:**



Contudo, as informações trazidas a efeito na presente peça são graves, urgentes, e merecem o combate direto e imediato por parte da Administração Municipal, com a imediata suspensão do certame. Caso contrário, tais irregularidades serão remetidas ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, ao Ministério Público Estadual e Federal para apuração e providências.

**V - DO PEDIDO:**

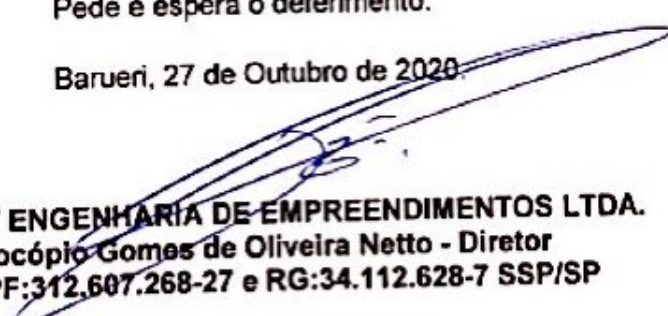
NESTES TERMOS, requer digne-se, ao ILUSTRÍSSIMO SENHOR, DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – CEL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEMINFRA:

- a) Conhecer a presente IMPUGNAÇÃO, em todos os seus termos, para corrigir os vícios do Edital ora guerreado, assim sendo:
- b) Sejam sanadas as irregularidades apontadas do Edital em epígrafe, quais sejam: (i) Sejam declarados nulos os itens subitens 9.13.1 – letra "c" (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL) e 9.13.2.2 (CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DE EXECUÇÃO DE OBRAS) do Edital e/ou que sejam reformulados, bem como, requer que sejam excluídas, qualquer cláusulas que violem competitividade e a isonomia dos licitantes, conforme fundamentação.
- c) Reconhecidos os vícios apontados na presente peça, SUSPENDA a licitação e faça REPUBLICAR o Edital, a fim de que sejam realizadas as alterações para corrigir os vícios do Edital ora guerreado, conforme pleiteado e reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93, sem qualquer prejuízo para a execução do objeto ora licitado.
- d) Alternativamente, seja REVOGADO o presente certame tendo em vista os vícios do Edital ora apontados.

Nestes termos,

Pede e espera o deferimento.

Barueri, 27 de Outubro de 2020.

  
**DT ENGENHARIA DE EMPREENDIMENTOS LTDA.**  
Procópio Gomes de Oliveira Netto - Diretor  
CPF: 312.607.268-27 e RG: 34.112.628-7 SSP/SP